



# CASP

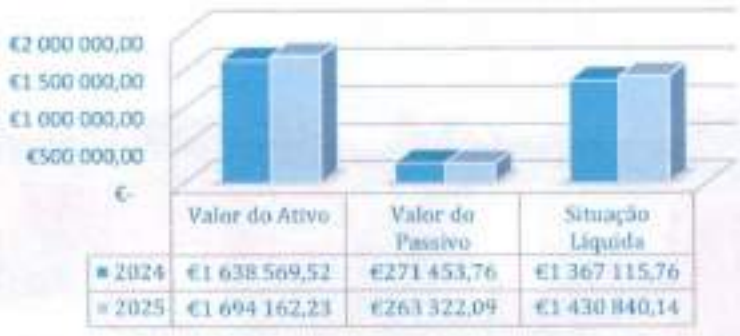
Centro de Apoio e Solidariedade da Pousa



## Análise Económica e Financeira

Analisando as principais rubricas que compõem o Balanço de 2025, verifica-se um aumento da situação líquida da Instituição em 63.724,38 € face ao ano de 2024.

### Situação Patrimonial



O Resultado Líquido do exercício de 2025 foi positivo no valor de 72.733,66 € (setenta e dois mil, setecentos e trinta e três euros e sessenta e seis cêntimos) depois de deduzidas as Depreciações do exercício no montante de 49.793,89 € (quarenta e nove mil, setecentos e noventa e três euros e oitenta e nove cêntimos).

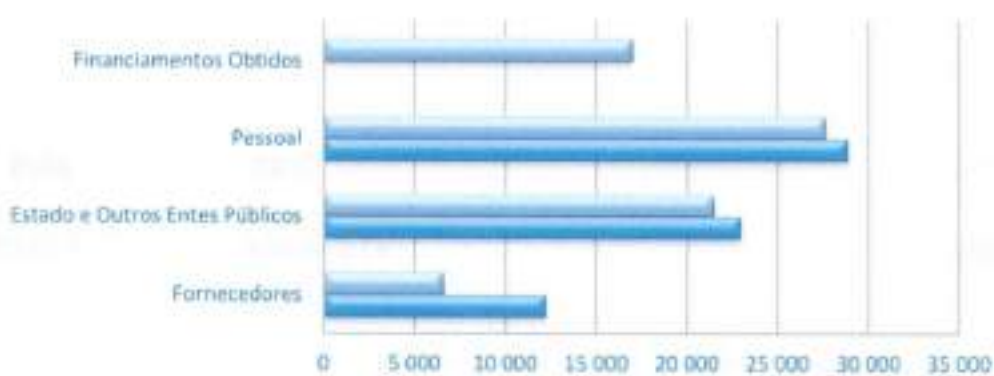
EXERCÍCIOS	2024	2025
<b>Resultado</b>	- 42.674,69 €	72.733,66 €

Propormos, que este resultado do exercício, seja aprovado e transferido para a conta 56 - Resultados Transitados.

## POSIÇÃO FINANCEIRA

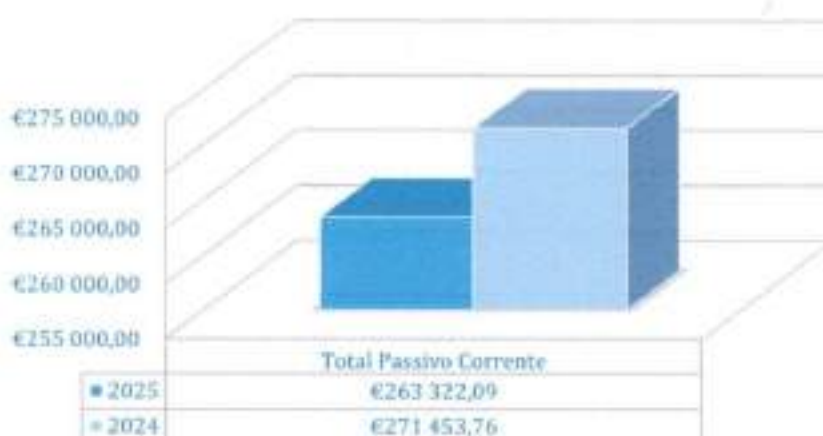
### PASSIVO CORRENTE

#### Passivo Corrente



	Fornecedores	Estado e Outros Entes Públicos	Pessoal	Financiamentos Obtidos
2024	€6 576,85	€21 490,99	€27 625,41	€17 025,95
2025	€12 225,51	€22 952,20	€28 838,04	€-

#### Passivo Corrente



Concluimos que em 2025 verificou-se uma diminuição do passivo corrente de 3% comparativamente com o ano anterior, representando uma diminuição de 8.131,67 €.

A Instituição não apresenta valores no Passivo não Corrente.

## GASTOS E PERDAS

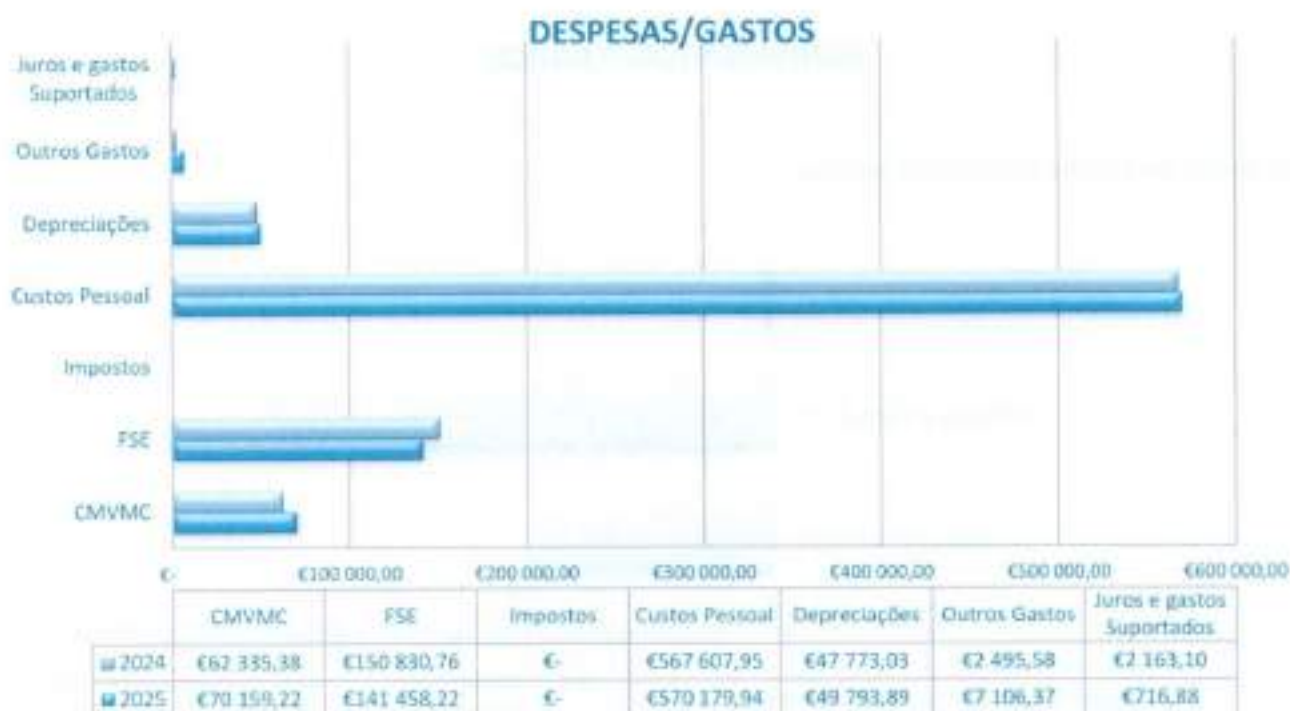
Os gastos atingiram em 2025, um total de 839.414,52 €.

A rubrica **Gastos com Pessoal** (conta – 63) foi a que absorveu a maior percentagem dos rendimentos criados e arrecadados, representando cerca de 68 % do total dos Gastos.

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** (conta – 62) são a componente com o segundo maior peso relativo nos gastos, representando cerca de 17 % do total. Neste caso registou-se uma diminuição de 9.372,54 € face aos gastos relativos ao ano de 2024.

A terceira componente com mais peso relativo nos gastos é o **Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias-Primas Consumidas** (CMVMC Conta – 61), ou seja, a despesa com a aquisição dos géneros alimentares para a confeção das refeições para os utentes, que registou um aumento no período em análise, de 7.823,84 € face o ano de 2024.

Para melhor compreensão e análise, podemos analisar os gastos, com base no gráfico seguinte, onde se demonstram os montantes aplicados em cada uma das rubricas:



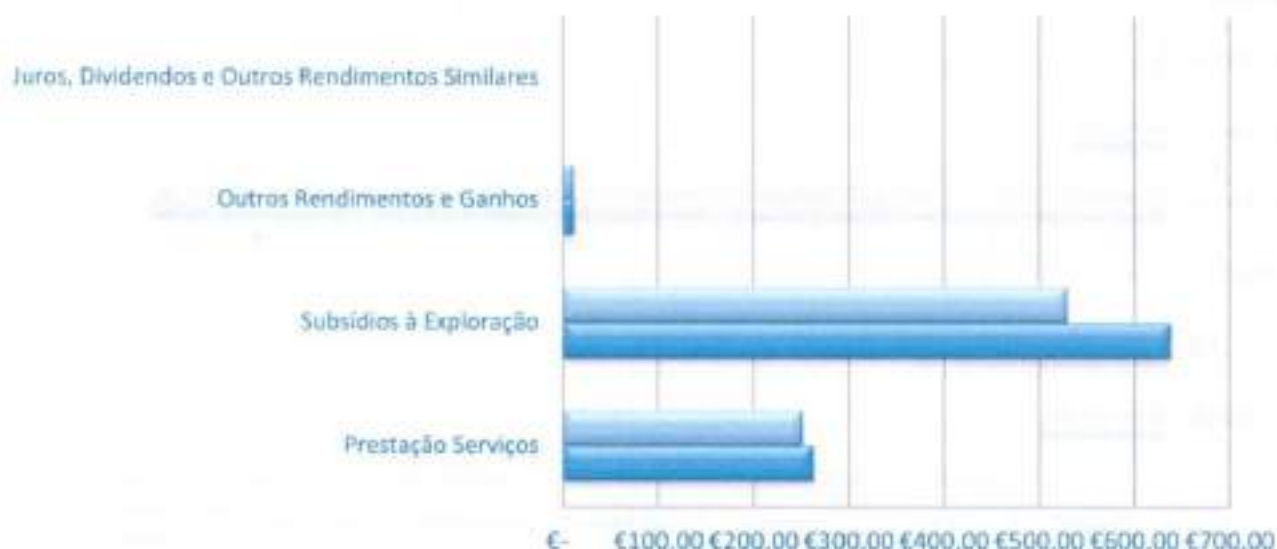
## RELATÓRIO E CONTAS

## RENDIMENTOS E GANHOS

Os Rendimentos evidenciam a capacidade de financiamento da Instituição para fazer face às despesas. Os Rendimentos em 2025, ascenderam a um valor de 912.148,18 €.

Do total dos rendimentos criados e arrecadados, cerca de 29 % são **Rendimentos Próprios** (Conta-72) e 70 % são **Rendimentos provenientes do Estado** (conta-75), nomeadamente do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social. Conclui-se que a Instituição no ano de 2025, arrecadou 912.148,18 € de Rendimentos para fazer face a um volume de Gastos de 839.414,52 € apresentando um resultado positivo de 72.733,66 €. Os Rendimentos em 2025 tiveram a seguinte distribuição pelas diferentes fontes de receita, como demonstra o gráfico abaixo:

### RENDIMENTOS/GANHOS



	Prestação Serviços	Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos e Ganhos	Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares
2024	€250 838,51	€528 716,26	€10 976,34	€-
2025	€262 371,71	€638 113,30	€11 663,17	€-

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Direção propõe à consideração da Assembleia Geral a seguinte aplicação dos resultados:

Que o resultado líquido positivo apurado, no valor de 72.733,66 € seja transferido para a rubrica de Resultados transitados.

De realçar o resultado atingido este ano devido a uma gestão prudente e rigorosa, de forma a assegurar e reforçar a sustentabilidade dos exercícios futuros.

Feita a demonstração das Contas do exercício de 2025, com o auxílio de todos os elementos contabilísticos disponíveis e necessários, que anexamos, esperamos merecer de todos a aprovação das Contas e do Balanço, convictos de termos feito o melhor possível, e com a promessa de continuarmos a desenvolver todos os esforços para o engrandecimento desta Instituição.

Esperamos a compreensão e colaboração de todos, que desde já agradecemos.

Barcelos, 30 de Março de 2026.

A Direção

João Pedro Gemes dos Santos

**ANEXOS:**

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANCETES

## Balanço em 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rubrica	Notas	2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		1.293.623,31	1.322.876,20
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		294,35	10.328,08
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
<b>Total ativo não corrente</b>		<b>1.293.917,66</b>	<b>1.333.204,28</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		212,87	332,58
Créditos a receber		3.426,72	6.350,66
Estado e outros entes públicos		1.591,37	2.174,61
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Diferimentos		3.720,88	6.055,63
Outros ativos correntes		22.163,29	24.440,97
Caixa e depósitos bancários		369.129,44	266.010,79
<b>Total ativo corrente</b>		<b>400.244,57</b>	<b>305.365,24</b>
<b>Total ativo</b>		<b>1.694.162,23</b>	<b>1.638.569,52</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos		498,80	498,80
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		1.006.245,79	1.048.920,48
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		351.361,89	360.371,17
Resultado líquido do período		72.733,66	(42.674,69)
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total fundos patrimoniais</b>		<b>1.430.840,14</b>	<b>1.367.115,76</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
<b>Total passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		12.225,51	6.576,85
Estado e outros entes públicos		22.952,20	21.490,99
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos			17.025,93
Diferimentos		7.624,48	8.508,00
Outros passivos correntes		220.539,90	217.851,97
<b>Total passivo corrente</b>		<b>263.322,09</b>	<b>271.453,76</b>
<b>Total passivo</b>		<b>263.322,09</b>	<b>271.453,76</b>
<b>Total fundos patrimoniais e passivo</b>		<b>1.694.162,23</b>	<b>1.638.569,52</b>

*Solita Pedro Gemes dos Santos*

(Administração)

(Contabilista Certificado)

**Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2025**

(em euros)

<b>Rendimentos e Gastos</b>	<b>Notas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Vendas e serviços prestados		262.371,71	250.838,51
Subsídios, doações e legados à exploração		638.113,30	528.716,26
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(70.159,22)	(62.335,38)
Fornecimentos e serviços externos		(341.458,22)	(150.830,76)
Gastos com o pessoal		(570.179,94)	(567.607,95)
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos		11.663,17	10.976,34
Outros gastos		(7.106,37)	(2.455,58)
<b>Total resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>123.244,43</b>	<b>7.261,44</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(49.793,89)	(47.773,03)
<b>Total resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)</b>		<b>73.450,54</b>	<b>(40.511,59)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(716,88)	(2.163,10)
<b>Total resultado antes de impostos</b>		<b>72.733,66</b>	<b>(42.674,69)</b>
Imposta sobre o rendimento do período			
<b>Total resultado líquido do período</b>		<b>72.733,66</b>	<b>(42.674,69)</b>

*João Pedro Gomes dos Santos*  
(Administração)

(Contabilista Certificado)

# **CASP - Centro de Apoio e Solidariedade da Pousa**

**Anexo**

**31 de Dezembro de 2025**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	15
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	16
6	Ativos Intangíveis.....	17
7	Locações .....	17
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	18
9	Inventários.....	18
10	Rédito .....	19
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	19
12	Benefícios dos empregados.....	19
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
14	Outras Informações.....	20
14.1	Investimentos Financeiros.....	20
14.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	21
14.3	Clientes e Utentes .....	21
14.4	Outras contas a receber .....	22
14.5	Diferimentos .....	22
14.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	22
14.7	Fundos Patrimoniais.....	22
14.8	Fornecedores.....	23
14.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	23
14.10	Outras Contas a Pagar .....	23
14.11	Outros Passivos Financeiros .....	24
14.12	Subsídios, doações e legados à exploração.....	24
14.13	Fornecimentos e serviços externos.....	24
14.14	Outros rendimentos .....	24
14.15	Outros gastos.....	25
14.16	Resultados Financeiros.....	25
14.17	Acontecimentos após data de Balanço .....	25

Handwritten signature and initials.

## **1 Identificação da Entidade**

A "CASP - Centro de Apoio e Solidariedade da Pousa" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Pessoa Coletiva de Utilidade Pública" com estatutos publicados no Diário da República n.º 68 – 21 de março de 2001, Série III, pela inscrição do n.º 17/1, a fl. 130 V.º do livro n.º 8, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com sede em Rua Padre Joaquim Firmino Gomes, n.º 733, Pousa, 4755-413.

Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio Domiciliário;
- Creche;
- Estrutura Residência para Idosos.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

##### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### 3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### 3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido;

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### **3.2.2 Ativos Intangíveis**

A entidade não apresenta valores em "Ativos Intangível".

### **3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

#### 3.2.4 Bens do património histórico e cultural


Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.



São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.5 Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade,

exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Fundadores /patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

  
Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.9 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

### **3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos

fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.\*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5 Ativos Fixos Tangíveis

### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>10.712,58</b>					<b>10.712,58</b>
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>10.712,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.712,58</b>

Descrição	2025			Saldo final
	Saldo inicial	Abates	Diminuições	
<b>Custo</b>				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>10.712,58</b>					<b>10.712,58</b>
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>10.712,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.712,58</b>

**Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	160.000,00					160.000,00
Edifícios e outras construções	1.348.022,59					1.348.022,59
Equipamento básico	141.818,55					141.818,55
Equipamento de transporte	103.190,00					103.190,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	27.495,23					27.495,23
Outros Ativos fixos tangíveis	13.554,49	20.541,00				34.095,49
<b>Total</b>	<b>1.794.080,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.814.621,86</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	273.098,11	28.207,90				301.306,01
Equipamento básico	108.256,82	2.181,43				110.438,25
Equipamento de transporte	61.449,68	13.913,45				75.363,13
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	27.272,64	111,32				27.383,96
Outros Ativos fixos tangíveis	11.839,99	5.379,79				17.219,78
<b>Total</b>	<b>481.917,24</b>	<b>49.793,89</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>531.711,13</b>

**6 Ativos Intangíveis**

À data do relato a entidade não detinha ativos intangíveis.

**7 Locações**

A Entidade à data do relato não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		Total
	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Não Corrente	
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	17.025,93	39.727,21
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas						0,00
Contas Bancárias de Factoring						0,00
Contas bancárias de letras descontadas						0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.701,28</b>	<b>17.025,93</b>	<b>39.727,21</b>

## 9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2025				2024		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	332,58	70.039,51	0,00	212,87	62.335,38	0,00	332,58
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>332,58</b>	<b>70.039,51</b>	<b>0,00</b>	<b>212,87</b>	<b>62.335,38</b>	<b>0,00</b>	<b>332,58</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				70.159,11			63.585,26
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 10 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	262.371,71	250.838,51
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>262.371,71</b>	<b>250.838,51</b>

## 11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
<b>Subsídios do Governo</b>		
	638.113,30	528.716,26
<b>Apoios do Governo</b>		
<b>Total</b>	<b>638.113,30</b>	<b>528.716,26</b>

## 12 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos são não remunerados.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	452.670,52	455.533,89
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	96.253,38	99.882,83
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13.780,59	7.625,59
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	6.779,45	4.565,64
<b>Total</b>	<b>569.483,94</b>	<b>567.607,95</b>

### 13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros – FCT/FGCT</b>	<b>294,35</b>	<b>10.328,08</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>294,35</b>	<b>10.328,08</b>

## 14.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 14.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	3.426,72	6.350,66
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>3.426,72</b>	<b>6.350,66</b>

Nos períodos de 2024 e 2025 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2025	2024
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 14.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	5.018,09	8.525,27
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.018,09</b>	<b>8.525,27</b>

#### 14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	3.720,88	6.055,63
<b>Total</b>	<b>3.720,88</b>	<b>6.055,63</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	7.624,48	8.508,00
<b>Total</b>	<b>7.624,48</b>	<b>8.508,00</b>

#### 14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	26.382,38	16.128,20
Depósitos à ordem	342.747,06	249.882,59
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>369.129,44</b>	<b>266.010,79</b>

#### 14.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	498,80	0,00	0,00	498,80
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1.048.920,48	0,00	42.674,69	1.006.245,79
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	360.371,17	0,00	9.009,28	351.361,89
<b>Total</b>	<b>1.409.291,65</b>	<b>0,00</b>	<b>- 51.683,97</b>	<b>1.357.607,68</b>

#### 14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	12.225,81	6.576,85
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12.225,81</b>	<b>6.576,85</b>

#### 14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.591,37	1.738,29
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.591,37</b>	<b>1.738,29</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.939,00	2.939,00
Segurança Social	20.013,20	18.551,99
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>22.952,20</b>	<b>21.490,99</b>

#### 14.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		28.838,04		27.625,41
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>77.008,64</b>		<b>77.474,77</b>
<b>Outros credores</b>		<b>113.776,60</b>		<b>109.564,55</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>219.623,28</b>	<b>0,00</b>	<b>214.664,73</b>

**14.11 Outros Passivos Financeiros**

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

Descrição	2025	2024
	0	0
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**14.12 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	638.113,30	528.716,26
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>638.113,30</b>	<b>528.716,26</b>

**14.13 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	7.357,60	1.210,00
Serviços especializados	42.056,41	47.982,02
Materiais	11.750,39	12.207,65
Energia e fluidos (eletricidade, combustíveis, água e gás)	61.433,71	71.678,56
Deslocações, estadas e transportes	16,90	52,66
Serviços diversos	18.843,21	17.700,16
<b>Total</b>	<b>141.458,22</b>	<b>150.830,76</b>

**14.14 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	72,86	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	1.633,16	0,00
Outros rendimentos (Reconhecimento PARES, Donativos, Consignação IRS)	9.957,15	10.976,34
<b>Total</b>	<b>11.663,17</b>	<b>10.976,34</b>

**14.15 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	58,06	131,05
Descontos de pronto pagamento concedidos	2,60	55,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	7.045,71	2.309,03
<b>Total</b>	<b>7.106,37</b>	<b>2.495,58</b>

**14.16 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	716,88	2.002,88
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	160,22
<b>Total</b>	<b>716,88</b>	<b>2.163,10</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-716,88</b>	<b>-2.163,10</b>

**14.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Barcelos, 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

A Direção

João Pedro Gomes dos Santos  
Joaquim Firmino Pereira

